

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.633 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2003

Sarney afirma que a reforma política é prioridade do Senado

Exame de projetos deverá ser iniciado imediatamente na Casa, segundo o presidente, que defende adoção do voto distrital. Ele também admite mudanças nos regimentos internos do Congresso para apressar a tramitação das reformas



Depois de fazer ontem uma visita de cortesia ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, disse que a reforma política “deve ser uma agenda do Congresso, enquanto a tributária e a previdenciária são do Poder Executivo”. A definição sobre a presidência das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Relações Exteriores (CRE) ficou para a próxima terça-feira.

PÁGINA 3

Líderes partidários reuniram-se ontem à noite com José Sarney a fim de debater indicação para a presidência de comissões



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Marina Silva está tramitando na Comissão de Justiça

Marina insiste na criação do Orçamento Social

PÁGINA 4

Embora pertençam a partidos diferentes, senadores gaúchos decidem unir esforços

Bancada faz pacto em favor do RS

Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim firmaram ontem acordo em defesa dos interesses de seu estado. Uma das iniciativas será reivindicar à União um encontro de contas com o governo do Rio Grande do Sul.

PÁGINA 4



Gerardo Magela



Roque de Sá

Cristovam Buarque volta hoje ao governo

Cristovam quer facilitar a formação de professor

Antes de reassumir o Ministério da Educação, senador apresenta projetos facilitando a desapropriação de áreas loteadas irregularmente e o acesso de professores à universidade

PÁGINA 2

Cristovam propõe ampliar acesso de docente do ensino básico a universidade

Projeto do senador possibilita a professores da rede pública ingresso em curso superior de Pedagogia ou licenciatura sem necessidade de vestibular

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou ontem à Mesa do Senado dois projetos de lei: o primeiro garante aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior vagas nos cursos de graduação de formação de professores de educação básica sem necessidade de vestibular, e o segundo facilita a desapropriação de áreas loteadas irregularmente.

Cristovam, que deverá reassumir hoje o cargo de ministro da Educação, comunicou ao presidente do Senado, José Sarney, a apresentação das proposições. Em entrevista, afirmou que seu suplente, Eurípedes Camargo (PT), garantirá que tratará os projetos "como sendo dele". Indagado sobre a razão de apresentar as propostas como senador, e não como ministro, Cristovam disse ter mais autonomia na condição de parlamentar.

O primeiro projeto insere dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto



Medida não prejudica vestibulandos, pois serão definidas "vagas além das atuais", diz Cristovam

prevê que, na regulamentação da lei, serão estabelecidos critérios para a fixação de vagas e para processos seletivos nos casos de demanda superior às possibilidades de atendimento.

O objetivo maior da proposta, segundo Cristovam, é melhorar a qualidade da educação das crianças, "mais até do que beneficiar os professores".

— Os professores não estão re-

cebendo nenhum favor — acrescentou o senador, para quem o vestibular dos professores "é o concurso que fizeram, é a experiência que têm".

Cristovam esclareceu que a proposta não vale para outros cursos, estando a vaga assegurada apenas para Pedagogia ou licenciatura. Se o professor, por exemplo, quiser estudar Engenharia, terá de fazer vestibular. O senador explicou que o professor que tiver acesso à universidade não vai tomar o lugar dos candidatos ao vestibular: "São vagas além das atuais."

Na regulamentação da lei, Cristovam quer exigir, além do 2º grau completo, um mínimo de experiência — de três a cinco anos — para que o professor tenha assegurada a vaga na universidade. E estabelecer que, no caso de grande número de interessados, a universidade possa definir limite de vagas.

Para a viabilização do projeto, segundo o senador, será utilizado

o método do ensino a distância, o que contribuirá para a meta do Ministério da Educação de dobrar o número de vagas nas universidades em quatro anos.

De acordo com a LDB, ao final da Década da Educação (2006), somente serão admitidos no magistério professores de educação básica com nível superior ou que forem formados por treinamento em serviço. Para cumprir tal determinação, o projeto facilita o acesso dos professores ao ensino superior. Segundo Cristovam, a interpretação que está sendo dada é a de que a exigência de curso superior valerá de 2006 em diante. O senador disse que "ninguém vai sair demitindo professor porque não tem curso superior".

Em entrevista após o encontro com Sarney, Cristovam anunciou as metas do Ministério da Educação: erradicação do analfabetismo em quatro anos; construção da escola ideal; universidade aberta; superação do estado de emergência das universidades e adoção de um projeto novo de universidade; e atendimento ao ensino médio.

Censo escolar mostra grande número de professores leigos

Das quase 810 mil funções docentes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 541 mil são constituídas por professores com titulação de nível médio, conforme o Censo Escolar de 2002, citado na justificativa do projeto do senador Cristovam Buarque que garante a docente da rede pública acesso sem vestibular em curso de graduação para professores. Ainda de acordo com o censo, 247 mil funções docentes são exercidas por leigos e portadores de escolaridade de nível médio

que atuam na educação infantil.

Na Região Sudeste, 75% dos docentes do ensino fundamental e do médio têm formação de nível superior, enquanto nas regiões Norte e Nordeste esse percentual cai para 40% e 41%, respectivamente.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que ainda é significativo o contingente de professores sem formação mínima para o exercício profissional. Conforme o Censo Escolar de 2002, há 272 mil funções docentes exercidas por leigos (13% do total) no

ensino fundamental e no médio. Na zona rural, estão 25% das funções exercidas por leigos, embora o campo possua apenas 15% das funções docentes. Consideradas apenas as mais de 25 mil funções docentes exercidas por profissionais com escolaridade de ensino fundamental, completo ou não, a participação da zona rural passa a ser de 73%.

Cristovam refere-se também a um outro desequilíbrio entre regiões. O Nordeste tem 56% de todas as funções docentes que

correspondem à escolaridade de ensino fundamental. Embora as regiões Norte e Nordeste tenham 37% das funções docentes de todo o país, concentram quase 63% dos profissionais leigos do ensino fundamental e do médio.

Segundo o senador, "as metas de extinguir a docência leiga e de ampliar a habilitação em nível superior dos professores da educação básica somente serão alcançadas se houver um grande esforço do poder público, com o apoio das instituições e da sociedade".

Adiada decisão sobre presidência das comissões

A definição dos partidos que indicarão os presidentes das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foi adiada para a próxima terça-feira. O PT, com a terceira bancada, pleiteia a CAE. Pela tradição, a CAE e a CCJ são presididas pelas duas maiores bancadas — atualmente PMDB e PFL.

Na noite de ontem, os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL); do PFL, José Agripino Maia (RN); do PSDB, Arthur Virgílio (AM); do PTB, Fernando Bezerra (RN); e do PSB, Antonio Carlos Valadares (SE), além do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP); da vice-líder do PT, Ana Júlia (PT-PA); e do senador Amir Lando (PMDB-RO) reuniram-se com o presidente José Sarney, na tentativa de solucionar a disputa.

Segundo Calheiros, o PMDB não aceita abrir mão de ser o primeiro a escolher a comissão temática que presidirá. Ele informou que o partido está dividido sobre qual comissão escolher, mas garante que "na hora certa estaremos unidos".

José Agripino revelou que o PFL indicará Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para a primeira comissão que couber ao partido e José Jorge (PFL-PE), para a segunda.

Já Mercadante considera possível um acordo com o PMDB e o PFL em torno da presidência das três principais comissões temáticas.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente
José Sarney

9h30 — Recebe o ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça
10h — Recebe Armando Rollemberg
10h30 — Recebe Carlos Lessa, presidente do BNDES
11h30 — Recebe o ministro Nelson Jobim, presidente do Tribunal Superior Eleitoral
12h — Recebe Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sarney: debate sobre reforma política começa já

Presidente do Senado afirma que o tema deve ser prioridade na agenda do Poder Legislativo. Segundo ele, enquanto tiver instituições políticas do século 19, o país não se modernizará

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a reforma política será a prioridade da agenda do Poder Legislativo. Ele concedeu entrevista à imprensa após fazer uma visita de cortesia ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e anunciou que a tramitação da reforma política no Senado deverá ser iniciada imediatamente.

Segundo Sarney, o presidente da Câmara disse que vai iniciar o debate das reformas tributária e previdenciária assim que receber os textos que estão sendo preparados pelo Executivo.

— A reforma política deve ser uma agenda nossa (do Congresso), enquanto a tributária e a previdenciária são do Poder Executivo — disse.

Para Sarney, a reforma política é prioridade porque, enquanto o país tiver instituições políticas do século 19, não se modernizará. Na sua opinião, o voto distrital é um dos caminhos a serem escolhidos.

— Como não se pode acabar com a inflação por decreto, não adianta, em reforma política, votar uma lei restritiva quanto à fidelidade partidária se não enfrentarmos o problema do sistema de votação. O voto proporcional leva à fragmentação e à infidelidade partidária. Enquanto não mudarmos o sistema de votação, vão ocorrer os mesmos pro-



José Sarney fez visita ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha

blemas, os partidos serão cartórios para registrar candidatos em véspera de eleição — disse.

Sarney admitiu a possibilidade de mudança nos regimentos internos do Congresso para facilitar a tramitação das reformas. Segundo ele, a tramitação começará sob os atuais regimentos e, se houver atraso na deliberação sobre as matérias, Senado e Câmara poderão se reunir e fazer as modificações necessárias.

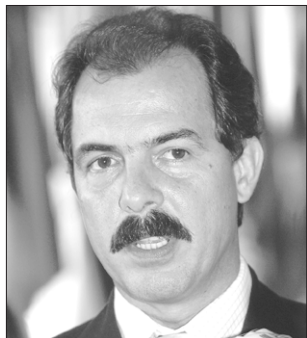
Na opinião do presidente do Senado, o Congresso debaterá em 2003 temas importantes, de forma que o país tenha consciência de que se inicia um tempo novo de construção. Sarney defendeu ainda que o PMDB passe a formar a base de sustentação do governo. “Esse é o meu desejo, votei no Lula”, afirmou.

Mercadante elogia proposta de agenda para o Legislativo

A ideia do presidente do Senado, José Sarney, de priorizar a reforma política, é “uma excelente agenda”, na opinião do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele observou ontem que as últimas eleições deram muitos subsídios para se aprimorar o sistema político no Brasil.

— Existem distorções que precisam ser superadas, como as legendas de aluguel, a questão da fidelidade partidária, o problema do acesso à televisão, o critério de representação das bancadas na Mesa e o poder econômico — afirmou.

A eleição dos suplentes dos sena-



Mercadante: eleições ofereceram subsídios para a reforma política

dores é outro tema importante a ser tratado em uma reforma política, acrescentou Mercadante. Alguns partidos, como o PT, têm assegurado a qualidade da suplência, mas isso não é uma regra geral, e já ocorreram situações que prejudicaram a

qualidade da representação, disse.

Ainda de acordo com Mercadante, o Senado já deu uma contribuição importante à reforma política, apresentando vários projetos de lei “que estão paralisados na Câmara”.

— Precisamos retomar essa discussão e dar a ela a importância necessária — completou.

Agripino considera fundamental fortalecer os partidos

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), quer priorizar a aprovação da reforma política, por considerá-la a mais básica de todas. Para ele, é fundamental fortalecer os partidos políticos e, para isso, é importante adotar as exigências de fidelidade partidária e de desempenho mínimo nas eleições, aliadas ao financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais.

Agripino reconheceu que a batalha maior da reforma política se dará na Câmara dos Deputados, mesmo porque esses dispositivos já foram aprovados no Senado. “Tudo está represado lá”, disse, indicando a Câmara.

Em relação às reformas previdenciária e tributária, Agripino explicou que seu partido aguar-

dará as propostas que o governo enviará ao Congresso. Segundo ele, caberá ao PT, que tanto opôs obstáculos às propostas apresentadas pelo governo Fernando Henrique, mostrar que mudou e que agora considera as reformas indispensáveis. O PFL examinará os projetos de forma serena e desapaixonada, pensando no bem do Brasil, acrescentou.

Agripino manifestou-se contrário à ideia de encurtar os prazos de tramitação previstos no Regimento Interno. Os prazos permitem amplo debate, bem como o



Agripino diz que o PFL vai aguardar o projeto do governo para a Previdência

estabelecimento do contraditório, em que cada um tem oportunidade de defender suas ideias, disse.

— Se o governo quiser agilizar a reforma previdenciária, pode aproveitar o PLC (projeto de lei da Câmara) nº 9, prevendo novas re-

gras para aposentadoria dos servidores públicos que ingressarão no serviço, que já está pronto para ser votado. Não resolve o déficit do setor, mas sinaliza vontade política. Pode representar a retirada da tampa de uma chaleira que está prestes a explodir — sugeriu.

Para Calheiros, clima de boa vontade facilita consenso

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), admitiu ontem a possibilidade de mudança no Regimento Interno da Casa para reduzir prazos e apressar a votação das reformas. Havendo consenso, ele considera essa hipótese viável.

— O que observamos nos dias das eleições para a presidência da Câmara e do Senado foi um clima de total boa vontade. Bom para se agilizar a



Renan Calheiros admite possibilidade de mudança no Regimento Interno

tramitação das reformas e facilitar o consenso que os partidos querem fazer — disse.

De acordo com o senador, desde que não se atrepele o rito, o que não é do interesse de nenhum partido, a mudança do Regimento Interno pode ser feita, assim como a criação de uma subcomissão, na Câmara dos Deputados ou no Senado, com o objetivo de anteci-

par o debate sobre as reformas pretendidas pelo governo. Isso, segundo Renan Calheiros, seria uma maneira de formar consenso previamente à tramitação das matérias.

COMISSÕES

Calheiros disse também que, como seu partido conquistou o maior número de cadeiras nas últimas eleições para o Senado, caberá aos peemedebistas a primeira escolha de presidência de comissão. Conforme o líder, se o PMDB abrir mão dessa prerrogativa, estará abrindo mão de espaço político, o que “não é recomendável em nenhuma conjuntura”.

Presidente do Senado vê continuidade democrática

Ao participar ontem de solenidade realizada no Quartel-General do Exército, durante a qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi agraciado com a Ordem do Mérito Militar, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou o significado do evento para a manutenção das tradições democráticas no país.

— Esta é uma das solenidades inaugurais da Presidência da República e mostra a continuidade da tradição: o presidente da República, que é o comandante-em-chefe das Forças Armadas, recebe as insígnias que lhe são próprias e compromete-se a zelar pelos seus subordinados — afirmou.

Sarney reforçou as palavras do presidente Lula, que, ao discursar

na solenidade, prometeu “adiar, mas não postergar” o aporte de recursos necessários ao reaparelhamento das Forças Armadas.

— O presidente da República teve oportunidade de realçar que o governo pode ter prioridades, mas não pode postergar aquilo que é tão necessário para o país, ao exercício de sua soberania, como o reaparelhamento das Forças Armadas, que devem estar sempre prontas a defender o país — disse Sarney.

O primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), e os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Maguito Vilela (PMDB-GO) estavam entre os presentes à solenidade, na qual também foram condecorados o vice-presidente da Repú-

ca, José Alencar, e o ministro da Defesa, embaixador José Viegas Filho.

CONSELHO

O presidente do Senado não vê fundamento nas alegações de que ocorreria superposição de poderes entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Legislativo.

— Acho que não há superposição nenhuma, uma vez que o conselho está na área do Executivo e tem suas funções delimitadas. O conselho é um órgão do Poder Executivo, e não do Poder Legislativo. O Executivo naturalmente ouvirá o conselho e as propostas que este elaborar, harmonizando todas as opiniões, mas o Congresso é um outro fórum, e é quem vai transformar essas sugestões em lei — disse.

Marina defende Orçamento impositivo para área social

Proposta cria lei anual específica prevendo destinação de verbas para educação, saúde, moradia, saneamento, assistência e reforma agrária

Por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC), a senadora Marina Silva (PT-AC) defende a criação do Orçamento Social, com a finalidade de reunir as receitas e despesas para as áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação popular e reforma agrária. Para Marina, a alteração no texto constitucional é necessária porque, da maneira como o Orçamento da União é elaborado hoje, os gastos sociais estão dispersos entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o que faz com que haja falhas na alocação de recursos públicos nessas áreas.

— Consideramos que as alterações propostas contribuirão para uma melhor evidencição do volume e da trajetória de gastos públicos no país e para o aperfeiçoamento do processo de elaboração, execução, acompanhamento



Marina Silva aponta a existência de falhas na alocação de recursos para o setor

to e avaliação das despesas orçamentárias, não apenas em relação aos gastos sociais, mas para a totalidade das despesas orçamentárias — justifica Marina.

A proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), traz ainda mecanismos para garantir maior efetivi-

dade no cumprimento da lei orçamentária, tornando obrigatória a execução da programação de despesas na área social. A alteração do Orçamento só poderá ser feita, de acordo com a PEC, por meio de projeto de lei ou no caso de calamidade pública ou crises de arrecadação de tributos.

— Os gastos públicos não podem se perder na prática viciada de execução do Orçamento, em que seu caráter puramente autorizativo permite que o acordo estabelecido no Congresso Nacional seja alterado unilateralmente pelo Executivo, passando a refletir prioridades voltadas para a geração de superávits primários crescentes nas contas governamentais em detrimento de outras, como o combate à pobreza — declarou a senadora, que reassumiu o cargo de ministra do Meio Ambiente.

Bancada gaúcha faz pacto em favor do estado

Os senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB), Sérgio Zambiasi (PTB) e Paulo Paim (PT) firmaram ontem um pacto pelo Rio Grande do Sul. Apesar de representarem partidos diferentes, eles decidiram unir esforços em torno dos interesses do estado. Uma das principais iniciativas dos senadores será reivindicar junto à União um encontro de contas com o governo do Rio Grande do Sul.

— Nós três somados somos mais do que a soma de nós três. Cada um isolado pode fazer alguma coisa pelo estado, mas nós três juntos podemos fazer muito mais do que cada um isolado — comparou Pedro Simon, que, em 1997, apresentou no Senado projeto de lei propondo a criação de comissão especial para analisar um encontro de contas entre o Rio Grande do Sul e a União.

Na avaliação de Simon, o estado vem sendo prejudicado, ao longo dos anos, no seu relacionamento com o governo federal. Ele citou o caso da empresa Aços Finos Piratini, implantada pelo governo estadual e depois repassada à União para que tivesse sua produção de aço ampliada. O go-

verno federal, disse, privatizou a empresa e se apropriou da totalidade dos recursos da venda.

Além de destacar a importância da unidade da bancada gaúcha, Paulo Paim falou da necessidade de o Congresso discutir e aprovar as reformas que modernizam o país. Ele considerou como a mais importante a reforma tributária. O senador ressaltou ainda a necessidade de um profundo debate sobre a reforma da Previdência e a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— Vamos discutir a CLT, mas não nos moldes que o governo anterior apresentou, em que era oferecido todo o poder ao capital em relação ao trabalho. Entendemos que será possível estabelecer um belo debate, de forma pontuada, em torno de diversos pontos da CLT, mas não no que alguns apontam, como se reformar a CLT significasse suprimir os direitos dos trabalhadores — explicou Paulo Paim.

Já o senador Sérgio

Zambiasi revelou que a bancada federal gaúcha da Câmara dos Deputados também participará ativamente do pacto dos parlamentares em favor do Rio Grande do Sul. Ele registrou que senadores e deputados já vêm se reunindo mensalmente na busca de soluções que permitam ao estado superar suas dificuldades financeiras e reencontrar o caminho do desenvolvimento. Zambiasi também registrou que sua vida política tem sido pautada pela inclusão social e analisou o programa Fome Zero.

— O programa Fome Zero está sendo lançado, e somente após sua implantação poderemos observar os erros e os acertos — afirmou Zambiasi.



Paim, Simon e Zambiasi vão reivindicar encontro de contas entre governo federal e Rio Grande do Sul



Gerardo Magela

Heloísa Helena recebeu o embaixador iraquiano, Jarallah Alobaidy

Heloísa pede esforço para evitar nova guerra no Golfo

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) recebeu na tarde de ontem, em seu gabinete, a visita do embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy. Ele veio ao Senado pedir apoio para o seu país diante da ameaça de guerra por parte dos Estados Unidos. Segundo a senadora, o PT tem compromisso com a autodeterminação dos povos e deve incentivar um debate, principalmente no âmbito das comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados, que vise evitar nova guerra no Golfo Pérsico.

Heloísa informou que a reunião com o embaixador iraquiano teve a participação dos deputados federais Chico Alencar (PT-RJ), Luciana Genro (PT-RS) e Babá (PT-PA). “O que se busca são ações articuladas no Parlamento para sensibilizar a sociedade em relação ao conflito”, ressaltou, antecipando

que o PT intensificará gestões junto ao governo federal para incentivar soluções diplomáticas via Organização das Nações Unidas (ONU).

— Nós estamos sinalizando para outros países que os interesses dos Estados Unidos não estão acima dos interesses das outras nações — assinalou Heloísa Helena, sustentando ser notório que os norte-americanos têm interesse na reserva petrolífera do Iraque, a segunda maior do mundo. No seu entendimento, no atual quadro de ameaça de guerra ao Iraque também está em jogo a influência da indústria armamentista dos Estados Unidos.

A senadora acrescentou que o PT quer a reabertura da Embaixada do Brasil no Iraque e que o partido levará esse pleito ao presidente da República.

Duarte participou da votação para Presidência do Senado

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), ao contrário do que publicou a edição de ontem do *Jornal do Senado*, votou na eleição para a Presidência do Senado Federal. A votação, que ocorreu no último sábado, contou com a participação de 79 dos 81 senadores. Somente não votaram a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador José Sarney (PMDB-AP), eleito presidente da Casa para o biênio 2003-2004.

Segundo Reginaldo Duarte, houve confusão quanto à sua participação na eleição porque o painel eletrônico não aceitou a senha digitada por ele para registrar sua presença. Dessa forma, o senador contou que teve de pedir à Mesa o recadastramento de seu código. Quando ele retornou ao seu local no Plenário, a votação já havia começado. Mesmo assim, ele pôde votar, seu voto foi computado e seu nome apareceu no painel.

— Naturalmente, eu errei algum número, esqueci um número qualquer da senha. Então, fui lá reca-



José Cruz

Reginaldo Duarte disse que o governo terá apoio necessário para realizar mudanças

dastrá-la e vim para votar — disse o senador.

REFORMAS

O parlamentar pelo Ceará afirmou que suas expectativas para esta legislatura são todas positivas. De acordo com Reginaldo Duarte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá apoio para realizar as reformas que pretende fazer. “Agora vamos apoiar as reformas que Lula está querendo. Fernando Henrique Cardoso as mandou aqui para o Congresso e o PT sempre foi contra”, acrescentou.